

HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

BEGOSSI, Tuany Defaveri¹;
ASSMANN, Alice Beatriz²;
MAZO, Janice Zarpellon³

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo compreender como ocorreu a habilitação de professores(as) para atuar com a Educação Física Escolar no Rio Grande do Sul, no período de 1929 a 1939. O recorte temporal parte de 1929, ano em que foram criados os Cursos Intensivos de Educação *Physica*, possuidores de um caráter de especialização, e se encerra no ano de 1939, quando ocorreu a última edição dos cursos devido à criação, no ano seguinte, da primeira instituição voltada à formação superior em Educação Física, no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, procedeu-se a interpretação de documentos oficiais, tais como leis, decretos, relatórios e correspondências, bem como de reportagens de jornais. Tal documentação foi cotejada com as informações localizadas por meio da revisão bibliográfica. A interpretação aos materiais de pesquisa, sustentada pelo referencial teórico-metodológico da História Cultural, evidenciou que a habilitação de professores(as) para a Educação Física Escolar, no Estado do Rio Grande do Sul sucedeu, inicialmente por meio da instituição de uma política estadual, que criou os Cursos Intensivos de Educação Física com a finalidade de especialização dos professores(as). Posteriormente, tal medida, juntamente com ações advindas de âmbito federal, conformaram as bases para a criação, no ano de 1940, da Escola Superior de Educação Física (ESEF), sendo esta a primeira instituição superior de formação profissional do Estado.

Palavras-chave: Formação de Professores. Escola. Ginástica. História da Educação Física.

ABSTRACT

This study aims to understand how the qualification of Physical Education teachers to work at schools occurred in Rio Grande do Sul, from 1929 to 1939. The specified time frame begins in 1929, when the Intensives Courses of Physical Education were created, having a specialization character, and ends in 1939, year of the last edition of the Course due to the creation, in the following year, of the first institution focused on higher education in Physical Education of the state Rio Grande do Sul. For this purpose, official documents, such as laws,

¹ Doutoranda em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCMH/ESEFID/UFRGS); Integrante do Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (NEHME/UFRGS), RS, Brasil. E-mail: tuany_begossi@hotmail.com.

² Doutoranda em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCMH/ESEFID/UFRGS); Integrante do Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (NEHME/UFRGS), RS, Brasil. E-mail: alice.assmann@gmail.com.

³ Doutora em Ciências do Desporto (Universidade do Porto – UP); Professora Associada da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH/ESEFID/UFRGS), RS, Brasil. E-mail: janice.mazo@ufrgs.br.



decrees, reports and correspondence, as well as newspaper reports were interpreted. Such documentation was compared with the information found through the bibliographic review. The interpretation of the research materials, supported by the theoretical and methodological reference of Cultural History, evidenced that the qualification of teachers for school Physical Education in the state of Rio Grande do Sul succeeded, initially, through the institution of a state policy creating Intensive Courses of Physical Education to qualify specialized teachers. Subsequently, this measure together with some actions at a federal level, constituted the basis for the creation, in 1940, of the School of Physical Education (ESEF), which is the first higher vocational training institution in the state.

Keywords: Teacher Qualification. School. Gymnastics. History of Physical Education.

1 INTRODUÇÃO

A formação de professores(as) primários, no estado do Rio Grande do Sul concentrou-se, inicialmente, na Escola Normal, situada na capital Porto Alegre. A referida instituição foi estabelecida juntamente ao processo de instauração de uma nova conjuntura política que mobilizava a sociedade brasileira de forma ampla. Durante este período - fins do século XIX e início do século XX - os ditames imperiais foram aos poucos cedendo lugar às novas convicções da República Federativa do Brasil, instaurada no ano de 1889. Juntamente a essas aspirações conclamava-se por mudanças sociais de toda ordem e a educação, por conseguinte, necessitava habilitar os docentes para a formação de cidadãos, além de ser ponte para o mundo adulto civilizado (TURCI, 2012).

A Escola Normal foi criada no Rio Grande do Sul através do “Acto de 05 de abril de 1869”⁴, tendo por desígnio a formação do professorado para atuar junto das escolas primárias do estado (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1869). Desta forma, passou a ser compreendida como instância responsável pela normalização das práticas educativas existentes no território sul-rio-grandense e reprodutora de parâmetros anunciados pela educação moderna que despontava, a qual sustentava uma educação integral, onde os esforços pedagógicos recaíam sobre o equilíbrio da atenção dada ao corpo, à mente e ao espírito. Para atender tal finalidade, a Escola Normal foi reformada em sete de abril de 1877⁵

⁴ No presente estudo optamos por manter a grafia original das fontes consultadas.

⁵ Lei Provincial n. 32 de 7 de março de 1877 (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1877).



HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

e reorganizada em quatro de fevereiro de 1881⁶, sem a interrupção das atividades educacionais no período.

A Educação Física, compreendida na época como uma educação do corpo, passou a figurar no rol dos conteúdos eleitos ao ensino da Escola Normal, sendo expressa inicialmente, por meio de um conjunto de atividades práticas, reunidas em uma matéria denominada “*Gymnastica, Esgrima e Exercícios Militares*” (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1877). Todavia, mesmo estando inserida nas dimensões do currículo formal da formação de professores(as) do estado, estudos realizados nos levaram a constatar que ainda no ano de 1890, a prática da *Gymnastica* nas escolas do Rio Grande do Sul era praticamente inexistente (PICCOLI, 1994; LYRA, 2013). Assim sendo, é possível conjecturarmos, em linhas gerais, que esse primeiro momento caracterizou-se por uma inclusão meramente descritiva dos conteúdos vinculados ao movimento humano, no rol dos saberes ensinados aos(as) futuros(as) professores(as) do estado.

Novas leis e direcionamentos relacionados a sistematização de uma “educação do corpo” sucederam posteriormente, na Escola Normal⁷. Todavia, nenhum fora capaz de regulamentar o espaço, o tempo e, especialmente a quem caberia a responsabilidade pelo ensino dos conteúdos da *Gymnastica*, nas escolas primárias. Neste caminho, pontuamos que os cursos de formação docente disponíveis no momento agiam no sentido de preparar minimamente o professor para o trabalho com a *Gymnastica* e não formavam um professor específico para a referida matéria. Durante este momento eram os(as) próprios(as) professores(as) de classe os responsáveis também pelas lições práticas, uma vez que, neste período, não existiam cursos voltados a formação especializada de professores(as), para atuação com a *Gymnastica*, nas escolas do estado⁸.

Este cenário começou a ser modificado a partir da elaboração de uma política voltada à habilitação de professores(as) para o trabalho com a “Educação *Physica*”, nas escolas do estado, no ano de 1929. Os chamados “Cursos Intensivos de Educação *Physica*”, emergiram

⁶ Lei Provincial n. 1.340, de 27 de maio de 1881 (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1881).

⁷ Sobre a educação física no currículo da formação de professores primários no Rio Grande do Sul (1877-1927), consultar Lyra; Mazo; Begossi, 2018.

⁸ Os registros históricos nos apontaram que, aproximadamente até o ano de 1929, os professores estruturavam suas sessões de Educação Física através de leituras a livros disponíveis sobre ginástica que, geralmente, eram oriundos de países estrangeiros (BEGOSSI, MAZO, 2015; BEGOSSI, 2017).



HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

no campo da educação como uma das ações de maior incentivo ao desenvolvimento do movimento sistematizado no ambiente escolar. Ademais, representaram a primeira iniciativa da formação especializada na área, no Rio Grande do Sul.

Diante desse panorama, o objetivo do presente estudo foi compreender como ocorreu a habilitação de professores(as) para atuar com a Educação Física escolar no Rio Grande do Sul, no período de 1929 a 1939. O recorte temporal parte de 1929, ano em que foram criados os Cursos Intensivos de Educação *Physica*, possuidores de um caráter de especialização, e se encerra no ano de 1939, quando ocorreu a última edição dos cursos devido à criação, no ano seguinte, da primeira instituição voltada à formação superior em Educação Física, no Rio Grande do Sul.

2 METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo proposto, foram analisados documentos oficiais tais como leis, decretos, relatórios e correspondências. O tratamento das referidas fontes foi norteado pela recomendação de Chervel (1990), que orienta cautela ao utilizar esta natureza de documentos, uma vez que não se pode tomar a legislação e as prescrições oficiais como a realidade propriamente dita. Para além dos documentos oficiais, também compuseram o *corpus* documental reportagens de jornais veiculados durante o período estudado. Acerca destas, Triviños e Wright (1986) destacam que é muito importante ter conhecimento do contexto linguístico e histórico das expressões, já que uma mesma palavra ou conceito pode apresentar-se de distintas formas ao longo de um período histórico.

Tais fontes de pesquisa foram interpretadas através da técnica de análise documental, descrita por Bacellar (2010) e cotejadas com informações localizadas por meio da revisão bibliográfica. A leitura e a interpretação dos materiais de pesquisa foram sustentadas pelo referencial teórico-metodológico da História Cultural (BURKE, 2008; CHARTIER, 2017). Os resultados obtidos, por sua vez, são apresentados nos tópicos que seguem.



3 A FORMAÇÃO ESPECIALIZADA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Os denominados “Cursos Intensivos de Educação *Physica*”⁹ foram criados através da promulgação do Decreto-Lei n. 4.277, de 13 de março de 1929. Autorizados a funcionar pelo governo do estado, a organização e direção dos referidos Cursos ficou a cargo de seu idealizador, o professor Frederico Guilherme Gaelzer que, na época, ocupava o cargo de inspetor estadual de Educação Física¹⁰ e de professor na Escola Normal de Porto Alegre. Ressaltamos que, para Lyra e Mazo (2011, p. 4), a ocorrência dos Cursos Intensivos no estado, demarcou os “esforços iniciais” de estabelecimento de “uma formação específica para o trabalho docente na área”.

A primeira edição do Curso Intensivo de Educação *Physica* ocorreu no mesmo ano de sua criação (1929), tendo início no dia seis de novembro, às 16 horas, junto à sede da Inspeção estadual de Educação *Physica*, nas dependências do Colégio Elementar Paula Soares¹¹, em Porto Alegre. Conforme documento expedido pelo professor Gaelzer, o Curso funcionaria todas as quartas-feiras e aos sábados, das 16 às 18 horas (GAELZER, 1929). Esta característica, todavia, parece ter sido readequada para os cursos subsequentes, pois, conforme relatório expedido no ano de 1936, “as 39 aulas de que constou o Curso foram ministradas de 2 de Janeiro último até 15 de Fevereiro” (GAELZER, 1936, p.1). Estudos também corroboram com esta assertiva, mencionando que a referida formação ocorria, normalmente, durante os meses de janeiro e fevereiro, ou seja, no período que compreendia as férias escolares (PICCOLI, 1994; LYRA; MAZO, 2010; 2011).

De modo similar, no estado do Espírito Santo também há indícios da realização de cursos de Educação Física destinados aos(as) professores(as) estaduais, realizados no período de férias escolares. No Atlas do Esporte no Brasil (DACOSTA, 2006) sobressai como uma das ações do Departamento de Educação Física do estado do Espírito Santo, a manutenção

⁹ A nomeação do curso em questão variou conforme o documento consultado, tendo sido demarcadas as seguintes denominações: Cursos Intensivos de Educação *Physica*, Cursos de Aperfeiçoamento e Cursos de Férias. A totalidade dessas designações se refere à formação especializada de professores(as) de Educação Física, para atuação nas escolas primárias do estado do Rio Grande do Sul. Desta forma, no presente estudo, optamos por manter a denominação conforme nos apresentaram os distintos materiais consultados.

¹⁰ O professor Frederico Guilherme Gaelzer foi nomeado inspetor de Educação Física da Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul no ano de 1929, pelo governador Getúlio Vargas.

¹¹ Atualmente, Colégio Estadual Paula Soares, localizado à Rua General Auto, número 68 – Bairro Centro, Porto Alegre.



HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

anual de um curso com vistas a preparar o magistério estadual para o trabalho com a Educação Física, a partir do ano de 1931. Nesta mesma direção, destacam-se iniciativas semelhantes ocorridas anos depois, em 1939, no estado do Piauí. Segundo DaCosta (2006), a então denominada Inspeção de Educação Física tinha como uma de suas competências manter um Curso Especial de Educação Física, com o objetivo de habilitar o professorado ao ensino do movimento nas escolas estaduais. Conforme podemos observar, ambos os cursos de formação citados se estruturaram após aqueles postos em funcionamento no Rio Grande do Sul.

Os Cursos Intensivos de Educação Física organizados em terras sul-rio-grandenses, portanto, podem ser considerados precursores no que concerne a formação desta natureza – intensiva – em âmbito nacional. No caso do Rio Grande do Sul, a semelhança da Escola Normal de Porto Alegre, fora ocupado quase que exclusivamente por alunas (FOI ENCERRADO... 1936)¹². A matrícula nos Cursos Intensivos, por sua vez, somente poderia ser realizada mediante a apresentação do diploma de normalista, ou seja, as alunas precisavam, necessariamente, ter frequentado e concluído o Curso Normal em Escolas Normais e/ou Complementares (PICCOLI, 1994; LYRA, 2013). Além disso, os(as) candidatos(as) eram submetidos(as) a uma inspeção de saúde para que a matrícula fosse efetivada (CURSO INTENSIVO... [1931?]).

De forma semelhante, a formação de professores(as) de Educação Física para as escolas estaduais do Distrito Federal, na época cidade do Rio de Janeiro, voltava-se somente aos já diplomados por Escolas Normais, com idades entre 19 e 30 anos (DACOSTA, 2006). Embora, o referido Curso tenha iniciado suas atividades no ano de 1928, ou seja, anteriormente ao Curso Intensivo de Educação Física do Rio Grande do Sul, sua duração compreendia três anos de estudos. Esta característica, por conseguinte, difere-se daquela proposta no estado do Rio Grande do Sul, a qual possuía, sobretudo, um caráter de preparo “intensivo”.

De outra forma, a participação dos(as) professores(as) no Curso Intensivo de Educação Física, do estado do Rio Grande do Sul era dependente da indicação de seus nomes, por

¹² Neste estudo não temos a pretensão de aprofundar a temática de gênero. Nossa contribuição é direcionada no sentido de registrar as informações coletadas em documentos acessados e dar visibilidade às mulheres no cenário da formação profissional em Educação Física. Ao produzir e compartilhar informações através da presente pesquisa espera-se colaborar para futuros estudos históricos e socioculturais sobre a Educação Física.



HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

parte dos(as) diretores(as) de suas escolas. Índícios de tal procedimento foram localizados no documento escrito pelo professor Gaelzer e destinado ao Diretor da Instrução Pública do estado. Neste registro, estão estabelecidas algumas normativas com relação à organização do Curso e, dentre elas, Gaelzer traça orientações às diretoras:

Roga-se às Snras. *Directoras* dos *Collegios* Elementares enviarem a relação das professoras, por *ellas* designadas para o mesmo, às *quaes* deverão matricular-se no dia da abertura do curso, comparecendo uma hora antes, providas do material necessário para as classes *theoricas* e da indumentária apropriada às aulas de educação *physica* prática, que lhes *succederá* (GAELZER, 1929).

Posteriormente às tratativas legais de matrícula, os(as) alunos(as) eram então apresentados(as) a um conjunto de saberes que vinculavam-se a Educação *Physica* do período. Abaixo, destacamos a transcrição literal do programa de ensino adotado pelo III Curso de Férias, que contou com um total de 36 professoras matriculadas, as quais frequentaram as aulas durante um período de três meses (CURSO INTENSIVO... [1931?]).

I EDUCAÇÃO FÍSICA: 1.º - *Historia*. 2.º - Metodologia: a) divisão de uma aula. b) **exercícios callistenicos**. i) formulação e execução. ii) [palavra não legível], livre e com aparelhos. c) divisão das idades fisiológicas. i) 6-9; ii) 10-12; iii) 13-15. d) recomendações. 3.º - Filosofia.

II CORPO HUMANO: 1.º - Biologia: a) evolução. 2.º - Anatomia: a) estrutura em geral. 3.º - Fisiologia: a) respiração, circulação e sistema nervoso. 4.º - Fisiologia do exercício: a) efeitos do exercício sobre a respiração, circulação e sistema neuromuscular. 5.º - Higiene: a) asseio pessoal, banho, alimentação, descanso, ambiente, eliminação, a postura, o álcool, o fumo, etc.

III ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Nas escolas: programas horários; pátios, monitores; formação de grupos, *teams* e clubes. Nos jardins de Recreio: programas de atividades; divisão das idades; concursos de suficiência. Nos Clubes: organização das uniões, federações de esportes. Jogos organizados: *volley*, *basket*; *hockey*; *base*; *tenis*. Campeonatos: relâmpago, eliminação, turnos. Atletismo.

IV RECREAÇÃO PÚBLICA: Jardins de recreio: propaganda material; plantas; administração. Jogos: organizados, livres e em massa. Bailados: do *folklore*. Natação: aprendido pelo método "Confiança"; saltos; salvatagem; aperfeiçoamento (CURSO INTENSIVO... [1931?], grifo nosso).

Ao analisar o referido programa de ensino verificamos que se articulavam conhecimentos teóricos e práticos, sendo ministradas lições de anatomia e fisiologia, assim como, uma gama de jogos e natação. De outra forma, ao incluir em seu programa os exercícios calistênicos, ponderamos sobre um ambiente de influências provindas do próprio professor Frederico Guilherme Gaelzer, idealizador desta formação intensiva e especializada,



HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

já que este possuía estreitas ligações com as Associações Cristãs de Moços (ACM's)¹³, onde a Ginástica Sueca e, sobretudo, o Método Calistênico foi significativamente difundido.

Para além da calistenia, o programa elaborado para o Curso Intensivo contemplava uma amplitude de conteúdos e, destarte, revela que havia uma preocupação de instrumentalizar de modo adequado o(a) futuro(a) professor(a) para que este(a) pudesse ministrar de forma satisfatória, aulas de educação física nas escolas estaduais. De posse de tais saberes e após terem concluído o curso, os(as) professores(as) normalistas especializados(as) em Educação *Physica* poderiam atuar em escolas primárias, secundárias e normais, além de espaços públicos, como as Praças de Desporto ou Praças de Educação *Physica*¹⁴ e, também, na chamada Semana da Pátria ou Semana da Raça¹⁵.

Nos caminhos percorridos para a realização do presente estudo, nos foi cedido um ofício datado de 28 de fevereiro de 1930, emitido pelo professor Frederico Guilherme Gaelzer, então Inspetor de Educação *Physica* do estado (GAELZER, 1930)¹⁶. O referido documento direcionava-se ao Diretor Geral de Instrução Pública do Rio Grande do Sul e trazia uma relação de professoras que haviam concluído a 1ª edição dos Cursos Intensivos, bem como a nomeação destas para atuação no “ensino de educação *physica* nos *collegios* da Capital” (p. 1), conforme elencado abaixo:

Para a Escola Normal, D. Irene Schumann; para o *collegio* elementar “Fernando Gomes”, D. Hilda Silveira que trabalha no do *Parthenon*; para o *collegio* elementar “Paula Soares”, D. Acelia F. Porto Alegre, que trabalha no “13 de Maio”; para o *collegio* elementar “Voluntários da Pátria”, D. Zilda Pinto, do mesmo estabelecimento; para o *collegio* elementar “Souza Lobo”, D. Maria Elna [sobrenome ilegível], do mesmo *collegio*; para o *collegio* elementar da “Glória”, D. Francisca Xavier da Costa, que serve no do *Parthenon*; para o *collegio* elementar do *Parthenon*, D. Docelina [sobrenome ilegível], do mesmo; para o *collegio* elementar “13 de Maio”, D. Maria Ferreira Soares, do mesmo; e para o *collegio* elementar da Tristeza, D. Lysia de Freitas e Castro, que ainda não serve no magistério (GAELZER, 1930, p.1).

¹³ Ao retornar de seus estudos na Alemanha, no ano de 1918, o professor Frederico Guilherme Gaelzer começou a frequentar a Associação Cristã de Moços (ACM) em Porto Alegre/RS. Sobre a ACM de Porto Alegre, ver Mazo, Silva e Frosi (2012).

¹⁴ Sobre as Praças de Desporto ou Praças de Educação *Physica* na cidade de Porto Alegre/RS, ver os estudos de Cunha (2009); Cunha e Mazo (2015).

¹⁵ Sobre as comemorações da Semana da Pátria ou Semana da Raça em Porto Alegre destacam-se os estudos de Mazo e Rolim (2007); Rolim e Mazo (2009).

¹⁶ O mencionado documento foi cedido à pesquisa pelo Professor Doutor João Carlos Jaccottet Piccoli. Reiteramos nosso agradecimento ao Professor Piccoli, por gentilmente ter nos cedido o material de pesquisa.



HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

Nesta direção, é possível afirmarmos que, para além de preparar as professoras para o trabalho com a Educação *Physica* através de saberes que, de certa forma, imprimiam uma delimitação ao campo da formação em Educação Física naquele período, o professor Gaelzer também as direcionava ao trabalho docente nas escolas estaduais, após a conclusão dos estudos. Assim, neste curto, mas intenso período de aprendizado, os(as) “jovens professores(as) eram socializados(as) às modernas formas de se conceber e de ensinar Educação Física” (LYRA; MAZO, 2011, p. 5). Os Cursos Intensivos, portanto, na ausência de instituições que formassem professores de Educação Física no estado do Rio Grande do Sul, tinham o “objetivo de atualizar e preparar professores(as) normalistas e/ou complementaristas, para ministrarem aulas de Educação Física nas escolas estaduais de 1º grau” (PICCOLI, 1994, p. 38).

Destarte, ainda que a obrigatoriedade do ensino da Educação Física não fosse vigente na época, para Piccoli (1994) foram os Cursos Intensivos de Educação *Physica* que deram de certa forma, um primeiro impulso para que a obrigatoriedade fosse implementada. Ao mesmo tempo, esta nova forma de desenvolver um trabalho pedagógico unificado colocou o governo do Rio Grande do Sul, presidido na época por Getúlio Vargas (1928-1930), a frente do cenário visto em âmbito nacional¹⁷. Diante disso, podemos conjecturar que o Rio Grande do Sul adiantava-se na incorporação dos ideais de livre movimentação corporal, no contexto que antecedeu a promulgação da quarta Constituição Federal de 1937, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de Educação Física, nos currículos escolares de todos os níveis e graus de ensino (BRASIL, 1937).

4 A FORMAÇÃO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA

A formação superior de professores(as) de Educação Física foi impulsionada por um ideal que possuía função transformadora diante da nação, durante as décadas de 1930 e 1940. Novas medidas de caráter social e político, destinadas a construir uma nação brasileira, foram engendradas com a ascensão de Getúlio Vargas ao cargo de presidente da República

¹⁷ O estudo de Marinho (1980) nos mostra, por exemplo, que no estado de Minas Gerais o primeiro Curso Intensivo de Educação Física, voltado às professoras primárias foi realizado apenas no ano de 1934. Foi neste mesmo ano que no Distrito Federal (na época cidade do Rio de Janeiro) a Superintendência de Educação Física, Recreação e Jogos promoveram um Curso de Aperfeiçoamento em Educação Física.



HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

Federativa do Brasil, no ano de 1930. A campanha de nacionalização, desencadeada no período do Estado Novo (1937-1945) caracterizou-se por ações de ordem política, cultural e educacional (BOMENY, 1999).

A escola, por sua vez, deveria defender uma educação integral, buscando articular o equilíbrio do corpo, da mente e do espírito. Por conseguinte, as políticas educacionais passaram a ganhar atenção particular no Governo Vargas, especialmente através de reformas estabelecidas pelo ministério de Gustavo Capanema Filho¹⁸, que teve sua vigência no período de 1934 a 1945, ou seja, desde antes da instituição do Estado Novo (BOMENY, 1999). Dentre as medidas mais significativas, destacamos a elaboração do Plano Nacional de Educação, com vistas à reorganização da estrutura básica do ensino primário e secundário, além da estruturação dos ensinos industrial, comercial, agrícola e normal (BRASIL, 1936).

Conforme refere Bomeny (1999, p.139), “a educação talvez seja uma das traduções mais fiéis daquilo que o Estado Novo pretendeu no Brasil: formar um “homem novo” para um Estado novo”. Pretendia-se, pois, conformar mentalidades e criar um sentimento nacionalista. Desta forma, ao mesmo tempo em que se fortalecia uma identidade positiva do trabalhador brasileiro “tratava-se de assegurar a formação, preparação e manutenção da força de trabalho” (CASTELLANI FILHO, 1999, p. 21). O projeto de reconstrução nacional, portanto, deveria passar de forma pontual pela reformulação dos currículos escolares, visando uma adequação a estas novas aspirações educacionais. Por conta disso, a proposta da Escola Nova, baseada em uma educação pública, leiga e gratuita foi incorporada como instrumento de escolarização e integração as aspirações do novo regime (SAVIANI, 2013).

Neste contexto, a formação cívica preconizada pelo Plano Nacional de Educação buscava difundir a ideia de identidade nacional, veiculada por várias disciplinas dentre elas, a Educação Física. De modo pontual, esta matéria passou a ser valorizada na escola como meio de construção do projeto nacional do Estado Novo, uma vez que seria de sua incumbência inculcar parâmetros identitários à formação cultural brasileira (CASTELLANI FILHO, 1999). Aliada a esta questão, o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Vargas, promulgou a quarta Constituição Federal, em 10 de novembro de 1937, estabelecendo

¹⁸ Gustavo Capanema Filho assumiu o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, a partir da Constituição Federal de 1934. Ressalta-se que o referido Ministério foi criado no governo de Getúlio Vargas, no ano de 1930.



HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

a obrigatoriedade do ensino de Educação Física, sendo esta realocada nos espaços dos currículos escolares de todos os níveis e graus de ensino (BRASIL, 1937).

Importa destacarmos ainda que, a promulgação da Constituição de 1937 foi resultado das necessidades demonstradas no VII Congresso Nacional de Educação, promovido pela Associação Brasileira de Educação (ABE), e realizado de 23 de junho a 3 de julho, no Rio de Janeiro/RJ. Os debates proferidos durante os dias do congresso foram reservados a tratar inteiramente sobre os “problemas da Educação Física” (MARINHO, 1956, p. 177). Na ocasião foram apresentados 13 trabalhos e realizadas seis conferências. Segundo Marinho (1956, p. 177) [...] pela primeira vez na nossa história, as mais elevadas autoridades administrativas e educacionais concentraram a sua atenção nesse problema da maior relevância para a formação da unidade nacional [...].

A despeito de instituída a “obrigatoriedade”, uma das principais dificuldades durante este período fora a carência de profissionais habilitados para suprir as necessidades do ensino de Educação Física, uma vez que, grande parte deles era oriunda do meio militar, já que não havia, na época, escolas formadoras de professores civis de Educação Física no Brasil. Aliada a esta questão, instituiu-se através do Decreto-Lei n. 1.212 de 1939, a exigência de uma formação específica para o exercício das profissões de professor de Educação Física, Técnico Desportivo, Médico Especializado em Educação Física e Desportos (BRASIL, 1939). Nesta perspectiva, tornou-se imperativo atentar-se ainda mais para a formação de professores de Educação Física em âmbito nacional, uma vez que, estes seriam essenciais ao ensino das novas aspirações educacionais.

Com o desígnio de atender as exigências relativas ao campo da Educação Física criou-se por meio da Lei n. 378 de 13/03/1937, a Divisão de Educação Física (DEF), vinculada ao Ministério da Educação e Saúde (MES) (BRASIL, 1937). Nos estados, por sua vez, foram criadas secretarias e/ou departamentos para promover o desenvolvimento da Educação Física (MAZO, 2003). Além disso, outra significativa ação advinda com a promulgação do Decreto-Lei de 1939 foi a criação da Escola Nacional de Educação Física, no interior da Universidade do Brasil (BRASIL, 1939). Neste momento, portanto, foram “alinhavadas” as bases do que podemos chamar de primeiro currículo de nível superior para a formação de profissionais de Educação Física no Brasil (CASTELLANI FILHO, 1999, p.22-23).



HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

No Rio Grande do Sul, com a finalidade de atender e executar a determinação da nova política de desenvolvimento nacional, foi criado o Departamento Estadual de Educação Física (DEEF). Subordinado à Secretaria de Educação, o referido Departamento teve como uma de suas medidas pioneiras e mais significativas, a criação da Escola Superior de Educação Física do estado do Rio Grande do Sul (ESEF)¹⁹. A ESEF, como passou a ser conhecida, foi fundada no dia seis de maio de 1940, sendo a primeira instituição superior, formadora de professores civis de Educação Física, no estado do Rio Grande do Sul e a quarta a nível nacional²⁰ (MAZO; PEREIRA, 2005; LYRA, 2013). Conforme nos mostra o estudo de Lyra (2013, p.232) “a ESEF possibilitou a construção do campo da Educação Física no Rio Grande do Sul” uma vez que, além de permanecer sendo a única a desempenhar a função de formar professores de Educação Física no estado por trinta anos, “foi responsável, também, pela formação das primeiras gerações de professoras(es) especializadas(os) para o trabalho em âmbito escolar”.

A oferta de cursos de nível superior tornou-se exclusividade da ESEF, a partir do momento em que a Escola foi reconhecida pelo Governo Federal, no ano de 1939, como a única instituição apta a emitir diplomas de formação profissional na área, no estado do Rio Grande do Sul (BRASIL, 1939). O primeiro curso posto em funcionamento na ESEF foi o Curso Normal de Educação Física, que iniciou suas atividades ainda no ano de 1940. Com duração de um ano, matricularam-se na primeira turma 124 alunos(as), sendo 26 homens e 98 mulheres (BEGOSSI, 2017). Para Mazo (2005), esse cenário manteve-se o mesmo durante os primeiros anos de atividades, já que a maior parcela das matrículas, especialmente aquelas referentes ao Curso Normal, era realizada por mulheres.

Para além de ser frequentado, em sua maioria, por mulheres, o Curso Normal da ESEF também se assemelhava aos Cursos Intensivos por meio dos critérios estabelecidos para a matrícula. Desta forma, para ingressar na instituição, os(as) candidatos(as) precisavam apresentar o diploma de normalista, a fim de comprovar a conclusão de seus estudos em escolas normais (BRASIL, 1939). Por conseguinte, uma das características que se sobressaiu de modo comum entre a maioria das alunas do Curso, vinculava-se ao trabalho realizado por

¹⁹ Atual Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

²⁰ Antes da criação da ESEF em 1940, foram estabelecidas no campo da formação de professores de Educação Física do país a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (1939-Rio de Janeiro); Escola de Educação Física e Esporte de São Paulo (1940) e a Escola Superior de Pernambuco (1940) (LYRA, 2013).



HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

elas, junto às escolas estaduais, especialmente aquelas localizadas em cidades do interior do estado.

No estudo realizado por Begossi (2017), é destacado por meio dos depoimentos de ex-alunas do Curso Normal, que a principal motivação para buscar uma nova formação na capital do estado se situava, sobretudo, na possibilidade de se aperfeiçoarem em um novo campo de atuação. Ainda, de tal modo buscava-se sanar a necessidade que havia na época de professores(as) de Educação Física para atuar nas escolas primárias do estado. Para Lyra (2013), a ESEF impulsionou e acompanhou em certa medida, a carreira dos(as) primeiros(as) professores(as) de Educação Física do Rio Grande do Sul, irradiando os conhecimentos adquiridos por diferentes regiões²¹.

Diante do exposto, é possível localizarmos a ESEF e, especialmente, o ensino ocorrido no interior do Curso Normal como marcos significativos ao campo da formação de professores(as) para a atuação com a Educação Física escolar no estado. Ressaltamos ainda, que o referido Curso permaneceu em vigência na ESEF até o ano de 1956, uma vez que, fora substituído pelo Curso de Educação Física Infantil, em 1957. Apesar disso, as ações pedagógicas não foram alteradas e prosseguiram sendo orientadas no sentido de formar profissionais para o trabalho com a Educação Física escolar no estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo compreender como ocorreu a habilitação de professores(as) para atuar com a Educação Física escolar no Rio Grande do Sul, no período de 1929 a 1939. Diante disso, por meio do cotejamento de distintos materiais de pesquisa foi possível delinear estratégias, inicialmente alçadas pelo governo estadual e, sobretudo pelo professor Frederico Guilherme Gaelzer, para amenizar o quadro de defasagens no campo da formação de professoras(es) no Rio Grande do Sul. A criação dos Cursos Intensivos de Educação Física, ainda no ano de 1929, colocou o estado sul-rio-grandense à frente do cenário mapeado em âmbito nacional.

²¹ Em sua tese de doutoramento, a autora demonstrou que “a ESEF foi compreendida como condição para o delineamento do campo da Educação Física no estado” (LYRA, 2013, p. 222).



HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

Destarte, as informações obtidas no decorrer da pesquisa, sugerem que, no referido período, a Educação Física crescia a passos largos no Rio Grande do Sul. Junto a este cenário, também foram conformadas novas políticas em âmbito federal, as quais solicitavam a preparação mais alargada de professores(as) para atuar com a Educação Física nas escolas, em todos os graus de ensino. Na mesma medida, ao expandir o campo de atuação, ampliou-se também o leque de conhecimentos solicitados aos profissionais da área. Portanto, não seria mais possível a compactação de sua formação, no já insuficiente período de três meses, como era oferecido pelos Cursos Intensivos. Assim, novas ideias emergiam e, ao instalarem-se, exigiam adaptações pedagógicas, culturais e administrativas, abrindo caminho para a construção da primeira escola superior de formação na área da Educação Física, no estado: a Escola Superior de Educação Física (ESEF).

REFERÊNCIAS

BACELLAR, C. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKI, C. (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p.23-80.

BEGOSSI, T.D. **A construção dos saberes disciplinares do Curso Normal da Escola Superior de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul**, 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BEGOSSI, T.D., MAZO, J.Z. Ginástica Alemã e Ginástica Feminina Moderna: práticas destinadas às mulheres. **Revista Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v.16, n.4, p.306-311, out./dez. 2015.

BOMENY, H.M.B. Três decretos e um mistério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.137-166.

BRASIL, 1936. Lei n.174 de 6 de janeiro de 1936. Organiza o Conselho Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, seção 1, p. 1042, 14 jan. 1936. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-174-6-janeiro-1936-556088-publicacaooriginal-75752-pl.html>>. Acesso em: 2018.



HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

BRASIL, 1937. Lei n.378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, seção 1, p. 1210, 13 jan. 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 2018.

BRASIL, **Constituição Federal de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 2018.

BRASIL. Decreto n.1212 de 17 de abril de 1939. Dispões sobre a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, p. 49, 17 abr. 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1212-17-abril-1939-349332-norma-pe.html>>. Acesso em: 2018.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CASTELLANI FILHO, L. **A Educação Física no sistema educacional brasileiro: percurso, paradoxos e perspectivas**, 1999. 185f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. [tradução de Cristina Antunes]. 2. ed.; 3. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Revista Teoria & Educação**, Porto Alegre, n.2, p.177-229, 1990.

CUNHA, M.L. O. **As práticas corporais e esportivas nas praças e parques públicos da cidade de Porto Alegre (1920-1940)**, 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CUNHA, M.L.O., MAZO, J.Z. Difusão das práticas corporais nas praças públicas da cidade de Porto Alegre (1920-1940). **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v.26, n.1, p.79-87, 2015.

CURSO INTENSIVO de Educação Física. [1931?]



HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

DACOSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**: atlas do esporte, Educação Física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

FOI ENCERRADO o Curso Intensivo de Educação Física mantido pela Escola Normal. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, fevereiro de 1936.

GAELZER, F.G. **Curso Intensivo de Educação Physica**. Porto Alegre, 17 de outubro de 1929.

GAELZER, F.G. **Ofício dirigido ao Diretor Geral da Instrução Pública**. Porto Alegre, 28 de março de 1930.

GAELZER, F.G. **Ofício dirigido ao Secretário dos Negócios da Educação e Saúde Pública**. Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1936.

LYRA, V.B. **A Criação da Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul**: formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970), 2013. 265f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LYRA, V.B., MAZO, J.Z. “Os modernos methods de ensino”: a criação dos cursos intensivos de Educação Physica na capital sul-rio-grandense. **Do Corpo: Ciências e Artes**, Caxias do Sul, v.1, n.1,p.1-13, jul./dez. 2011.

LYRA, V.B., MAZO, J.Z. A Escola Superior de Educação Física e o campo da formação de professores do estado sul-rio-grandense: as origens da formação especializada (1869-1929). **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.16, n.esp., p.37-60, 2010.

LYRA, V.B., MAZO, J.Z., BEGOSSI, T.D. A Educação Física no currículo da formação de professores primários no Rio Grande do Sul (1877-1927). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.23, e230040, p.1-20, 2018.

MARINHO, I.P. **História Geral da Educação Física**. São Paulo: Cia Brasil Editora, 1956.

MARINHO, I.P. **Rui Barbosa**: paladino da Educação Física no Brasil. 2. ed. Brasília: Horizonte Editora Limitada, 1980.



HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

MAZO, J.Z. **A emergência e a expansão do Associativismo Desportivo em Porto Alegre (1867-1945):** espaço de representações da identidade cultural brasileira, 2003. 376f. Tese (Doutorado) – Curso de Desporto, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2003.

MAZO, J.Z. Memórias da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS): um estudo do período de sua fundação até a federalização (1940-1969). **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.11, n.1, p.143-167, jan./abr. 2005.

MAZO, J.Z., PEREIRA, P.G. (Org). Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – ESEF-UFRGS. **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p.102.

MAZO, J.Z., ROLIM, L.H. Os clubes esportivos e sua participação na “Semana da Pátria” em Porto Alegre: desfiles e competições cívico-educativas (1930-1940). **Revista Arquivos em Movimento (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v.3, p.67-83, 2007.

MAZO, J.Z., SILVA, C.F., FROSI, T.O. A Associação Cristã de Moços e a propagação dos esportes em Porto Alegre. **Revista Kinesis**, Santa Maria, v.30, n.1, p.158-173, jan./jun. 2012.

PICOLLI, J.C.J. **Educação Física na escola pública do Rio Grande do Sul: antecedentes históricos (1857-1984)**. Pelotas: Editora da UFPEL, 1994.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL . **Acto de 5 de abril de 1869**. Regulamento do curso de estudos normaes. Coleção dos actos, regulamentos e instruções expedidos pelo Presidente da província do Rio Grande do Sul no ano de 1869. Porto Alegre, Jornal do Comércio.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei Provincial n.1340 de 27 de maio de 1881**. Aprova o Regulamento para Reorganização da Escola Normal de Porto Alegre. Sancionada pelo então presidente da província de São Pedro do RS, Francisco de Carvalho Soares Brandão. In: COLEÇÃO de Leis e Resoluções. Porto Alegre: [s.n.], 1881. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei Provincial n.32 de 7 de março de 1877**. Aprova o Regulamento da Escola Normal de Porto Alegre. Coleção de Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província em 1877. Porto



HABILITAÇÃO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (1929-1939)

Teacher qualification for school physical education (1929-1939)

Alegre: Typographia do Mercantil, 1881. Instrução Publica. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto-Lei n.4.277, de 13 de março de 1929. Prove sobre o ensino Normal e Complementar do Estado. In: **LEGISLAÇÃO**: leis, *actos* e decretos do governo do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: [s.n.], 1929. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

ROLIM, L.H., MAZO, J.Z. A corrida de revezamento do fogo simbólico da Pátria em Porto Alegre (1938-1947). **Revista Pensar a Prática (UFG)**, Goiânia, v.12, p.1-20, 2009.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Autores Associados, 2013.

TRIVIÑOS, A.N.S., WRIGHT, R.G. **A educação nas constituições dos países da Bacia do Prata**. Porto Alegre: Artes Gráficas Borges, Ribeiro, 1986.

TURCI, D.A. Os conteúdos da matéria de pedagogia nas Escolas Normais Mineiras do final do século XIX: Ideias de moderno e da modernidade. In: GIL, N.; ZICA, M. da C.; FARIA FILHO, L.M. (Orgs.). **Moderno, modernidade e modernização**: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições Ltda, 2012. p.151-166.